

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE

JANETE DE OLIVEIRA

**ENCHENTES EM ALTO DO RODRIGUES-RN OCORRIDAS DURANTE OS ANOS
2008/2009: GESTÃO DE RISCO, IMPACTOS E MEMÓRIA SOCIAL.**

MACAU

2026

JANETE DE OLIVEIRA

**ENCENTES EM ALTO DO RODRIGUES-RN OCORRIDAS DURANTE OS ANOS
2008/2009: GESTÃO DE RISCO, IMPACTOS E MEMÓRIA SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Biologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Biologia.

Orientador: Carlos Allan de Souza Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Biologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Biologia.

Oliveira, Janete de.

O48e Enchentes em Alto do Rodrigues-RN ocorridas durante os anos 2008/2009: gestão de risco, impactos e memória social. / Janete de Oliveira. – 2026.
40 f. il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Macau, 2026.

Orientador(a): Prof. Me. Carlos Allan de Souza Oliveira.

1. Eventos climáticos. 2. Recursos hídricos. 3. Autoridades locais. 4. População. 5. Planejamento urbano. I Título.

SIBi/IFRN

CDU: 711.4::627.51

Sistema Integrado de Bibliotecas

Elaborada pelo Bibliotecário

Lucas Firmino Façanha – CRB-15/1026

JANETE DE OLIVEIRA

**ENCHENTES EM ALTO DO RODRIGUES-RN OCORRIDAS DURANTE OS ANOS
2008/2009: GESTÃO DE RISCO, IMPACTOS E MEMÓRIA SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Biologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Biologia.

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado em 11/08/2026 pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Me. Carlos Allan de Souza Oliveira - Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Matheus Rovere de Moraes - Examinador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Me. Genilson Carlos das Chagas - Examinador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai (em memória), aos meus filhos que sentem muito orgulho da minha resiliência, à minha mãe que muito me apoiou, aos meus professores que me ajudaram e me incentivaram durante todo o curso e a todos os amigos que me incentivaram a não desistir.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por me conceder força, resiliência e sabedoria durante toda minha trajetória acadêmica.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, pela oferta do curso de Licenciatura em Biologia, a estrutura do *Campus* e o corpo docente qualificado que foi o marco imprescindível para minha formação acadêmico-profissional.

Ao meu orientador, Prof. Carlos Allan de Souza Oliveira a quem eu admiro e sou profundamente grata pela paciência, dedicação e orientações para a construção do meu trabalho de conclusão de curso.

Aos demais Professores do curso de Licenciatura em Biologia também gostaria de agradecer pelos ensinamentos compartilhados, motivação e aprendizado que me fizeram evoluir ao longo do curso.

A minha mãe Dona Terezinha Gabriel e Minha irmã Joelma Oliveira, agradeço o incentivo que sempre me deram e por acreditar no meu potencial.

Agradeço ao meu esposo Junior Tavares por me apoiar na decisão de fazer um curso superior e sempre me incentivar a não desistir.

Estendo meus agradecimentos a Secretária de Educação de Macau, A Sra. Irani Cunha pelo apoio fundamental nesta reta final de conclusão de curso.

Por fim, agradeço as minhas colegas de curso que fizeram parte dessa trajetória, tornando as dificuldades mais leves e os dias mais divertidos, em especial Bianca e Larissa que estiveram presente em todos os momentos durante o curso e contribuíram significativamente para que pudesse alcançar meus objetivos.

A todos o meu muito obrigado.

“Os alagamentos são frequentes nas cidades mal planejadas ou quando crescem explosivamente, dificultando a realização de obras de drenagem e de esgotamento de águas pluviais.” (CASTRO, 2003, p. 45).

RESUMO

Alto do Rodrigues, município localizado no estado do Rio Grande do Norte, Brasil, foi palco de um evento extremo de enchentes entre os anos de 2008 e 2009. As características topográficas da região, aliadas a padrões climáticos que favorecem a ocorrência de chuvas intensas e prolongadas, contribuem significativamente para a incidência de inundações que afetam tanto a população quanto a infraestrutura local. Como consequência, há o acúmulo de águas pluviais em áreas urbanas e rurais, provocando alagamentos que comprometem a segurança e a qualidade de vida dos habitantes. No que se refere à infraestrutura, esses eventos podem ocasionar danos severos a estradas, pontes e edificações, resultando em prejuízos tanto para os cofres públicos quanto para a população. Além disso, as enchentes provocam perdas expressivas na agricultura, uma das principais atividades econômicas da região. Nesse contexto, prevenir a ocorrência de novos episódios de enchentes em Alto do Rodrigues configura-se como um grande desafio, que demanda a atuação integrada de autoridades locais, especialistas em gestão de recursos hídricos e da comunidade em geral. A adoção de estratégias de médio e longo prazo é fundamental para mitigar esses eventos, garantindo melhor qualidade de vida à população e reduzindo os danos ao patrimônio público e privado. “Os objetivos deste estudo foram atingidos ao evidenciar os impactos das enchentes de 2008/2009 em Alto do Rodrigues. A metodologia adotada, baseada em análises históricas e dados climáticos, possibilitou resultados consistentes que revelaram prejuízos significativos à infraestrutura, à agricultura e à qualidade de vida da população. As conclusões apontaram para a necessidade de políticas públicas integradas e estratégias de médio e longo prazo. Assim, as considerações finais reforçam que este trabalho não apenas descreve um evento passado, mas contribui para a construção de soluções que visam prevenir novos episódios, garantindo maior segurança e bem-estar à comunidade.”

Palavras-chave: Eventos climáticos; recursos hídricos; autoridades locais; população; Planejamento urbano

ABSTRACT

Alto do Rodrigues, a municipality in the state of Rio Grande do Norte, Brazil, experienced extreme flooding events between 2008 and 2009. The region's topographical characteristics, combined with weather patterns that favor intense and prolonged rainfall, contribute significantly to the occurrence of floods affecting both the population and local infrastructure. Consequently, rainwater accumulates in urban and rural areas, causing inundations that compromise the safety and quality of life of residents. Regarding infrastructure, these events can cause severe damage to roads, bridges, and buildings, resulting in financial losses for both the public sector and the population. Furthermore, the floods cause significant losses in agriculture, one of the region's primary economic activities. In this context, preventing future flooding episodes in Alto do Rodrigues poses a major challenge, requiring integrated action from local authorities, water resource management specialists, and the community at large. Adopting medium- and long-term strategies is essential to mitigate these events, ensuring a better quality of life for the population and reducing damage to public and private assets. The study's objectives were met by highlighting the impacts of the 2008/2009 floods in Alto do Rodrigues. The methodology adopted—based on historical analyses and climate data—yielded consistent results revealing significant damage to infrastructure, agriculture, and the population's quality of life. The conclusions pointed to the need for integrated public policies and medium- to long-term strategies. Thus, the final remarks emphasize that this work does not merely describe a past event but contributes to developing solutions aimed at preventing future episodes, thereby ensuring greater safety and well-being for the community.

Keywords: Weather events; water resources; local authorities; population; urban planning

SUMÁRIO

1. Introdução:	10
2. Objetivos:	11
2.1. Objetivo geral:	11
2.2. Objetivos específicos:	11
3. Metodologia:	12
3.1 Caracterização do objeto de estudo e método da pesquisa:	12
3.1.1 Local de estudo:	12
3.1.2 Entrevistas:.....	12
3.1.3 Procedimentos de aplicação:.....	12
3.1.4 Observação de campo e análise documental:.....	12
3.2 Tabelas com perguntas:.....:	13
3.2.1 Perguntas direcionadas às vítimas:.....	13
3.2.2 Perguntas direcionadas ao prefeito durante as enchentes 2008/2009:.....	13
3.2.3 Perguntas direcionadas ao coordenador da defesa civil da época:.....	14
3.2.4 Perguntas direcionadas para a atual gestão do município:.....	14
4. Resultados e discussão:	14
4.1. Entrevista às vítimas:.....	14
4.2 Entrevista ao prefeito atuante durante a enchente de 2008/2009:	23
4.3. Secretário de obras, infraestrutura e coordenador de defesa civil 2008/2009:	27
4.4. Entrevista a gestão 2025/2028 (prefeita Raquel lemos):	29
5. Considerações finais:	30
6. Referências:	32
7. Anexo I:	36

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é composto por cinco grandes regiões, entre elas o Nordeste, caracterizado por sua diversidade cultural, histórica e geográfica. Dentro dessa região encontra-se o estado do Rio Grande do Norte, cuja capital é Natal e que abriga municípios de diferentes portes e características.

Entre esses municípios está Alto do Rodrigues, localizado na microrregião do Vale do Açu, a aproximadamente 180 km da capital. O município limita-se ao norte com Pendências, ao sul com Ipanguaçu, a Leste com Assú e a oeste com Itajá. Segundo dados do IBGE (2024), Alto do Rodrigues possui uma população estimada em 12.857 habitantes, distribuídos em uma área de 191,334 km². Sua emancipação ocorreu em 28 de março de 1963, pela Lei Estadual nº 2.859, e sua origem remonta a uma fazenda de gado pertencente ao capitão Joaquim Rodrigues Ferreira, figura política influente no Vale do Açu e na cidade de Macau no final do século XIX.

O município apresenta clima semiárido, caracterizado por chuvas irregulares e concentradas em determinados períodos do ano. O regime pluviométrico local costuma se intensificar entre os meses de fevereiro e junho, quando ocorre a maior parte da precipitação anual. Essa sazonalidade é confirmada por estudos meteorológicos realizados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – EMPARN (BRISTOT, 2026), bem como por análises acadêmicas sobre a dinâmica da precipitação no semiárido potiguar (ANDRADE JÚNIOR, 2021).

Reconhecido pela hospitalidade de seu povo e pela riqueza cultural, Alto do Rodrigues também enfrenta desafios significativos relacionados a fenômenos naturais, especialmente as enchentes. Esses acontecimentos, muitas vezes decorrentes de chuvas intensas, impactam tanto a infraestrutura quanto a vida cotidiana dos moradores. A comunidade, ao longo dos anos, tem buscado soluções para mitigar os efeitos desses eventos, procurando equilibrar o desenvolvimento urbano com a preservação ambiental.

As enchentes não ocorrem todos os anos, mas quando há dois períodos consecutivos de chuvas fortes e a barragem sangra fazendo com que essas enchentes ocorram. A localização da cidade em área baixa, cercada pelo Rio Piranhas-Açu e pela Lagoa Boca de Várzea, favorece o transbordamento das águas, que superam a capacidade de absorção do solo. Além dos fatores naturais, ações antrópicas como desmatamento, escavações e construções às margens dos

reservatórios intensificam os impactos, tornando os moradores dessas áreas os primeiros desabrigados.

O mau planejamento urbano, a ausência de saneamento básico e a precariedade dos sistemas de drenagem também contribuem para a recorrência das enchentes. Como afirmam Moura e Silva (2008), “os desastres não são naturais, mas decorrentes da ação humana”, reforçando que a ocupação inadequada do solo e a falta de infraestrutura adequada transformam fenômenos naturais em desastres sociais.

A gravidade desses eventos pode ser exemplificada pelas enchentes de 2008-2009, quando cerca de 1.500 famílias perderam seus bens e tiveram que se deslocar para abrigos improvisados em escolas e prédios públicos. Durante meses, a população afetada viveu em condições precárias, dependendo de doações e ações sociais, enquanto serviços essenciais, como a educação, foram interrompidos. Esses danos poderiam ter sido evitados ou minimizados mediante políticas públicas eficazes de planejamento urbano e prevenção. Como destaca Séguin (2012), a falta de capacitação de agentes públicos, a fiscalização deficiente e o uso inadequado do solo urbano intensificam os desastres e suas consequências.

2.OBJETIVOS:

2.1OBJETIVO GERAL:

- Investigar as causas e as consequências das enchentes na cidade do Alto do Rodrigues. Ocorridas entre 2008 e 2009;

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Coletar dados e apresentar informações acerca dos episódios de enchentes ocorridas na cidade do Alto do Rodrigues entre os anos de 2008 e 2009;
- Identificar as possíveis causas e consequências das enchentes ocorridas no município entre esses dois anos seguidos;
- Relatar as dificuldades enfrentadas pelas vítimas e autoridades em decorrência das inundações à época;
- Investigar a existência de um plano de prevenção e emergência que possa ser acionado em caso de novas enchentes;

3. METODOLOGIA:

3.1 Caracterização Do Objeto De Estudo E Método Da Pesquisa:

3.1.1 Local de estudo

O município de Alto do Rodrigues, situado na microrregião do Vale do Açu, no estado do Rio Grande do Norte, constitui o campo empírico desta pesquisa. A escolha se justifica pela ocorrência das enchentes entre os anos de 2008 e 2009, que impactaram diretamente a população local, especialmente nos bairros periféricos São Francisco, Santa Rosa e Guarita. Além disso, escolas e prédios públicos foram utilizados como abrigos para os desabrigados, tornando-se parte relevante do objeto de estudo.

3.1.2 Entrevistas

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Os participantes incluíram moradores afetados pelas enchentes, gestores municipais e autoridades locais, como secretários de obras, infraestrutura e educação, além de coordenadores da Defesa Civil. Foram entrevistados dez moradores, dois gestores (um ex-prefeito e o prefeito em exercício), a secretária de educação atuante durante as enchentes e o secretário de obras e infraestrutura.

3.1.3 Procedimentos de aplicação

As entrevistas foram conduzidas presencialmente, mediante autorização prévia, com duração média de 20 minutos. As perguntas foram elaboradas de forma específica para cada grupo de entrevistados: moradores (vítimas) e autoridades locais. Apenas a gestão atual, devido às limitações de agenda, aceitou responder por meio do aplicativo WhatsApp. Contudo, após o envio das questões, não houve retorno, o que foi registrado como parte do percurso metodológico, evidenciando as dificuldades de acesso às informações oficiais e o limitado diálogo institucional sobre a temática das enchentes.

3.1.4 Observação de campo e análise documental

Além das entrevistas, foram realizadas, observações de campo nos bairros mais afetados e consultados documentos oficiais, relatórios da Defesa Civil e registros da imprensa

local. Essa triangulação metodológica garantiu maior consistência às informações, permitindo uma aproximação mais fiel dos fatos vivenciados e assegurando coerência entre os dados coletados e o problema investigado.

3.2 TABELA DE PERGUNTAS:

3.2.1 Perguntas para às vítimas das enchentes de 2008/2009:

Quadro 1 – Conjunto de perguntas realizadas durante a entrevista com os moradores vítimas das enchentes

1	Identificação
2	Como você descreve a última enchente que ocorreu aqui?
3	O que você acha que causou essa enchente?
4	Você acha que de 2008/2009 até agora foi feito alguma coisa para solucionar esse problema de enchentes
5	Qual foi o principal prejuízo que você ou sua família tiveram durante essa enchente?
6	Como o seu dia a dia foi afetado durante esse período de enchente? alterou alguma coisa?
7	Você recebeu alguma ajuda durante e após a enchente? Que tipo de ajuda?
8	No período de chuva você se preocupa ou sente medo que ocorra outra enchente?
9	Você acredita que as enchentes afetam a cidade toda ou só aqueles que ficam desabrigados ou ilhados?
10	Tem mais algo que gostaria de acrescentar sobre a enchente de 2008/2009?

3.2.2 Perguntas para o prefeito atuante durante as enchentes de 2008/2009:

Quadro 2 – Conjunto de perguntas realizadas durante a entrevista com o gestor municipal à época das enchentes

1	Identificação
2	Como o senhor avaliou as enchentes de Alto do Rodrigues durante sua gestão?
3	Quais os fatores técnicos contribuíram para a ocorrência dessas enchentes?
4	Nesse período a cidade tinha um plano de saneamento ou de drenagem?
5	Depois dessa enchente foi realizada alguma obra estrutural com intenção de evitar danos causados por futuras enchentes?
6	Quais as medidas foram tomadas para prestar assistência aos moradores afetados com a enchente?
7	Qual foram os seus maiores desafios em lidar com essa enchente?
8	O senhor deixou algum projeto em andamento relacionado a gestão urbana?
9	Na sua opinião, hoje o que seria prioridade imediata para solucionar ou amenizar o problema das enchentes?
10	Gostaria de acrescentar alguma informação que considere importante para a pesquisa?

3.2.3 Perguntas para o secretário de infraestrutura e coordenador de defesa civil em 2008/2009:

Quadro 3 – Conjunto de perguntas realizadas durante a entrevista ao secretário de infraestrutura e coordenador de defesa civil do município à época das enchentes

1	Identificação
2	Como foi sua atuação durante a enchente?
3	Quais medidas foram tomadas a partir do ocorrido?
4	O que mais contribuiu para que ocorresse tais enchentes?
5	Gostaria de acrescentar algo que considere importante para essa pesquisa?

3.2.4 Perguntas para a atual gestão 2025- 2028, (prefeita Raquel Lemos):

Quadro 4 – Conjunto de perguntas realizadas durante a entrevista a atual gestora municipal

1	Identificação
2	Como a cidade encontra-se hoje no que se diz respeito a drenagem e saneamento?
3	Existe algum planejamento caso ocorra enchente em Alto do Rodrigues durante sua gestão?
4	Qual o maior desafio enfrentado hoje caso venha ocorrer uma enchente?
5	A senhora teria alguma estratégia ou plano emergencial para o caso de uma enchente?
6	Gostaria de acrescentar algo relacionado ao tema e que não foi citado?

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

4.1 ENTREVISTA ÀS VÍTIMAS:

Os entrevistados descreveram a enchente no município do Alto do Rodrigues como um evento repentino e assustador. Conforme os relatos, o nível da água subiu repentinamente, invadindo as casas sem tempo suficiente para retirada de móveis, eletrodomésticos e demais objetos. Os relatos revelaram o sentimento de medo e desespero em decorrência das perdas materiais, impacto emocional diante da situação vivenciada e pelo sentimento de impotência diante da rapidez com que a água invadiu as residências, na qual os moradores nada puderam fazer. Esses eventos catastróficos relacionados a enchentes, costumam atingir não apenas a

cidade a qual o trabalho se refere (Alto do Rodrigues). “Diversos municípios banhados pelo Rio Piranhas-Açu sofrem com enchentes recorrentes, que causam grandes prejuízos à região do Vale do Açu, conforme relatórios da Agência Nacional de Águas (ANA, 2020) e estudos meteorológicos da Emparn (BRISTOT, 2026).”

Segundo Grégio (2005), eventos de natureza grave ou catastrófica, que envolvem morte ou ameaça à integridade física humana, se caracterizam como inesperados e afetam a segurança e a autoconfiança provocando medo, sensação de vulnerabilidade, desesperança e horror intenso. Seguindo esse raciocínio, é possível afirmar que o desastre provoca uma ruptura na vida das pessoas envolvidas, um estresse profundo, constituindo-se num marco por ser uma situação extraordinária que atinge não só o indivíduo, mas a sociedade como um todo (Bromberg, 1998). Essa realidade atinge muitas cidades do nordeste, no Rio Grande do Norte podemos citar o Vale do Assú como exemplo onde várias cidades sofrem com as ocorrências dessas enchentes.” No Vale do Assú, cidades como Assú, Ipanguaçu, Carnaubais e Alto do Rodrigues sofrem com enchentes recorrentes (COSTA, 2009; REDALYC, 2009; FERREIRA; LÚCIO; NEVES, 2024).”

Os entrevistados apontaram como principais causas das enchentes a falta de planejamento urbano e a ocupação de áreas de risco próximas ao Rio Piranhas e à Lagoa Boca de Várzea. Muitos destacaram que a cidade foi construída em terrenos em áreas de vales e em áreas marginais da Lagoa Boca de Várzea, que na visão deles facilitou o transbordamento da água durante os episódios de enchentes tratados neste trabalho. Ainda foi destacado que a oferta de terrenos e residências a preços mais acessíveis às proximidades do Rio Piranhas e nas áreas marginais da Lagoa Boca de Várzea, contribuíram para uma ocupação desordenada e ilegal destes espaços, que mais tarde culminaram no episódio de enchente. “Moradores ressaltaram que por dois anos consecutivos (2008 e 2009) o período chuvoso foi marcado por chuvas intensas, culminando em enchentes alarmantes em 2009 (INMET, 2009; Lucena et al., 2010; Defesa Civil/RN, 2009).”

As inundações são eventos excepcionais nos quais um curso de água ultrapassa seus limites normais, ocupando zonas que normalmente não se encontram submersas. Uma pesquisa realizada pelo Atlas de desastre do Brasil, do MDR (Ministério da Integração e do Desenvolvimento) e publicada pelo site Poder360 em 17 de maio de 2024. Afirma que os últimos 15 anos concentram mais de 74% dos desastres associados às chuvas no Brasil. Só no período de 2008 a 2023, foram 23.885 ocorrências de alagamentos, enxurradas, inundações,

movimentos de massa, tornados, vendavais, ciclones, chuvas intensas e granizo. Esse número supera a pesquisa realizada entre os anos de 2008 a 2012 que apontam dados onde as enxurradas atingiram 1.574 cidades onde 777,5 mil pessoas ficaram desabrigadas.

“De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada pelo IBGE em 2008 e 2009, diversas famílias foram desalojadas em decorrência das enchentes (IBGE, 2008; IBGE, 2009). “De acordo com a SEDEC (Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil), geralmente as inundações são provocadas por precipitações intensas e concentradas, pela intensificação do regime sazonal de chuvas ou pela saturação do lençol freático (BRASIL, 2012).” Medeiros (2018) em seu estudo mostra que o indicador socioambiental de vulnerabilidade a eventos de cheia indicou que Alto do Rodrigues possui alta vulnerabilidade a eventos de cheia e sua modelagem mostra que mesmo em tempo de recorrência mais baixos, (5 a 10 anos) a nível de água no rio já inundam uma grande parcela de área deste município.

Embora o município de Alto do Rodrigues pudesse extrair lições deste evento catastrófico, os entrevistados foram unânimes em afirmar que nada efetivo foi realizado para evitar novas enchentes. Esse cenário é corroborado por estudos que apontam falhas na gestão institucional e ausência de medidas estruturais de prevenção (COSTA; FILGUEIRA; SILVA, 2009; REDALYC, 2009). Os entrevistados mostraram um sentimento de frustração e descrença em relação ao poder público, já que promessas como a construção de um paredão ou obras de contenção nunca foram cumpridas. Essa percepção encontra respaldo em análises que relacionam a vulnerabilidade da região à ocupação desordenada das margens e à falta de políticas consistentes (COSTA, 2011). Os entrevistados ainda destacaram que atualmente a situação se agravou com o crescimento da cidade em direção às margens da lagoa e do rio. Somando-se a esta problemática, também foi pontuado que a extração de areia das margens do Rio Piranhas-Assú pode agravar a situação em relação a novos episódios de enchentes, aspecto igualmente discutido em estudos sobre degradação ambiental e aumento do risco de inundações (COSTA, 2011).

A percepção geral é de que, caso fortes chuvas voltem a ocorrer, os mesmos problemas e prejuízos irão se repetir. A descrença da população reforça a tese de que o poder público não tem dado a importância necessária as definições da lei a respeito de serviços que deveriam ser obrigatoriamente ofertados a população.

A Constituição Brasileira pela Lei nº. 11.445/2007 definiu o saneamento como: “o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais”. A maioria das cidades brasileiras ainda não contam com um serviço de saneamento eficiente, como é o caso de Alto do Rodrigues, que ainda vem sofrendo um crescimento desordenado por falta de planejamento urbano e condições precárias da população mais carente. Segundo Andrade et al. (2009) é importante o planejamento de um sistema de drenagem pluvial desde o início da formação do planejamento urbano, pois é bastante provável que este sistema ao ser projetado posteriormente, apresente um alto custo de implantação e seja deficiente devido às condições a serem contornadas na sua execução, sendo conveniente, para a comunidade, que a área urbana seja planejada de forma integrada. “O caso de Alto do Rodrigues evidencia a importância do planejamento urbano integrado. Segundo Villaça (2001) e Maricato (2000), a ocupação desordenada de áreas de risco, como margens de rios e lagoas, aumenta a vulnerabilidade da população. Rolnik (1997) reforça que políticas preventivas poderiam ter evitado os transtornos relatados pelas vítimas. De acordo com a SEDEC (2012), inundações são intensificadas pela ocupação inadequada do solo, o que confirma a necessidade de planejamento urbano sustentável.”

Os entrevistados relataram uma diversidade de prejuízos, com destaque para as perdas materiais, como móveis e eletrodomésticos destruídos pela água. Além disso, muitos destacaram o impacto na privacidade e no bem-estar, já que precisaram dividir espaços pequenos com várias famílias em abrigos improvisados ou na casa de parentes. Houve também relatos de prejuízos financeiros, pela impossibilidade de trabalhar durante o período, e de danos emocionais e de saúde, como estresse, hipertensão e doenças decorrentes das condições precárias nos abrigos. Em alguns casos, as famílias perderam praticamente tudo, ficando apenas com roupas e documentos. Segundo Valencio (2012), a vulnerabilidade socioambiental tem se intensificado no Brasil nos últimos anos, sendo associada a eventos extremos de tempestades e secas, ocasionando uma crise crônica ao país. Esses desastres geram prejuízos que vão desde perda de bens materiais a doenças e até mesmo a morte. Ainda existem os prejuízos causados aos cofres públicos, que podem ser de grandes proporções. Os prejuízos associados à estrutura de atendimento referem-se, também, ao comprometimento de equipamentos e estoque de remédios (PEREIRA et al., 2014). É comum que haja uma epidemia de dengue ou de outro tipo causada pelas águas que ficam paradas, o que pode ocasionar danos sofridos pela população.

Esses danos podem ser classificados de acordo com o período de ocorrência. Segundo Freitas (2014), abrangem principalmente “mortalidade e feridos leves e graves”. Em médio prazo há o aumento de doenças, especialmente aquelas de veiculação hídrica e também as transmitidas por vetores, como dengue e malária. Impactos em longo prazo incluem processos depressivos e danos psicossociais, vivenciados, em sua maioria, pelo abandono social no processo de reconstrução e recuperação (MARCHEZINI, 2011). Complementando, Marchezini destaca que esses efeitos prolongados tendem a se perpetuar em comunidades vulneráveis, reforçando sentimentos de desamparo e dificultando a retomada da vida cotidiana, o que evidencia a necessidade de políticas públicas de acompanhamento psicológico e social após os desastres.

Os participantes relataram que a enchente alterou profundamente a rotina familiar e pessoal. Muitos tiveram que se separar de parentes ou mudar para casas de familiares e abrigos improvisados, enfrentando perda de privacidade e desconforto. As crianças ficaram sem aulas, já que as escolas serviam como alojamentos, e houve impacto direto na renda, pois alguns não conseguiram trabalhar. Os relatos de pressão alta, ansiedade e insegurança vividos pelas famílias em Alto do Rodrigues confirmam que os impactos das enchentes não se restringem ao aspecto material. Segundo Freitas (2007) e Nogueira (2012), desastres ambientais frequentemente desencadeiam problemas de saúde física e mental. Cutter (2003) reforça que a vulnerabilidade social intensifica esses efeitos, tornando a dependência de ajuda externa ainda mais evidente. De acordo com a SEDEC (2012), as inundações afetam não apenas a infraestrutura urbana, mas também o bem-estar emocional e social das comunidades. Esses efeitos imediatos, embora já graves, abrem caminho para consequências ainda mais profundas no campo psicossocial.

Podemos afirmar que as perdas foram muito além dos prejuízos materiais, causando transtornos e traumas que podem ter ocasionado sequelas para muitas mulheres e crianças. Os efeitos psicossociais decorrentes do desastre estão para além dos ferimentos e das perdas materiais, especialmente quando a mulher é impedida de desempenhar seus afazeres de forma plena, o que depõe contra sua autoestima e identidade (VALENCIO, 2005). Ainda segundo Valencio (2007), todos esses agravantes colaboram para intensificar o stress dos indivíduos e da família como um todo, que já estão abalados emocionalmente pelas perdas materiais e imateriais ocorridas e precisam reafirmar cotidianamente direitos mínimos de suprimento de suas necessidades vitais e sociais (VALENCIO et al., 2007). Assim, os impactos das enchentes

revelam uma dimensão de sofrimento que ultrapassa o imediato, atingindo a estrutura emocional e social das famílias.

A maioria dos participantes relatou ter recebido algum tipo de ajuda, como cestas básicas, colchões, roupas e cobertores, fornecidos pela prefeitura ou pela defesa civil, além das visitas de médicos e agentes de saúde. Em alguns casos, após a redução do nível das águas, houve reformas de algumas residências danificadas. No entanto, a assistência variou conforme o período e a gestão municipal: em 2008, na visão dos entrevistados, houve mais apoio por parte do poder público municipal, enquanto em 2009 esse apoio foi muito limitado. Essa percepção encontra respaldo em estudos que apontam a fragilidade da governabilidade e da proteção financeira contra enchentes em municípios do Vale do Açu, incluindo Alto do Rodrigues (COSTA et al., 2015).

Alguns entrevistados destacaram que não receberam auxílio ou não buscaram por não considerar necessário. De forma geral, a percepção é de que a ajuda foi importante, mas insuficiente para atender plenamente às necessidades das famílias afetadas. Essa constatação dialoga com análises que evidenciam falhas na resposta emergencial e na continuidade das ações de assistência (COSTA; FILGUEIRA; SILVA, 2009), além de relatórios oficiais da Defesa Civil que registram a distribuição de bens e serviços básicos, mas reconhecem limitações na cobertura e efetividade (BRASIL, 2010).

Sabemos que é dever do poder público prestar assistência aos desabrigados vítimas de enchentes, todavia conhecemos a realidade política do nosso país. Em cidades pequenas como Alto do Rodrigues, as perseguições políticas tendem a ser mais intensas do que nas grandes metrópoles, justamente porque os vínculos pessoais tornam visíveis as filiações partidárias. Esse quadro se agrava em situações de enchentes, quando o acesso a recursos emergenciais e políticas públicas de assistência passa a ser mediado por relações de poder locais. Pesquisas apontam que disputas partidárias podem levar à exclusão de famílias do acesso a benefícios, intensificando o sofrimento social em momentos de crise (JUSTIÇA GLOBAL; TERRA DE DIREITOS, 2022). Assim, a vulnerabilidade socioambiental se entrelaça à vulnerabilidade política, criando um cenário em que a catástrofe natural é potencializada por práticas de perseguição e clientelismo (VALENCIO et al., 2007). “Não consegui a reforma da minha casa porque não tinha votado no prefeito da gestão de 2009, tive que voltar para minha casa do jeito que estava”, afirmou uma senhora em sua entrevista.

Essas pessoas, em sua maioria, passaram a conviver com o sentimento de perda e abandono. Não se trata apenas da morte de entes queridos, mas também da perda de bens materiais, da desestruturação das rotinas familiares e da sensação de invisibilidade diante das autoridades. Em situações de enchentes, o impacto emocional é ampliado pela percepção de que o Estado falhou em garantir proteção e assistência, reforçando a ideia de abandono social (VALENCIO et al., 2007). Segundo autores como Fonseca (2001), Kovács (1996), Pine (1996) e Parks (1998), esses ressaltam outros tipos de experiências que envolvem perdas, tais como separação entre vivos, perda da saúde advinda da instalação de alguma doença, o desenvolvimento humano como forma de evolução à morte, a morte psíquica, a perda de bens materiais ou posses, entre outros. Tudo isso pode ser adquirido em decorrência de um desastre natural que resulte em desabrigo, desapropriação de residências e quando as autoridades não cumprem de forma correta com suas atribuições, podendo causar danos maiores e sem reparo para aqueles vitimados.

Estudos apontam que enchentes no Brasil têm provocado não apenas danos materiais, mas também ansiedade, insegurança e traumas emocionais duradouros (Fiocruz, 2026; Freitas, 2007; Nogueira, 2012). A maioria dos entrevistados afirmaram sentir medo e preocupação durante o períodos chuvosos, especialmente quando as precipitações são fortes. Muitos relataram ansiedade e até comportamentos preventivos imediatos, como suspender móveis ou preparar a casa, por receio de reviver os prejuízos e traumas das enchentes anteriores. Alguns mencionaram até pesadelos e estresse diante da possibilidade de repetição. Apenas uma minoria disse não se preocupar, justificando que desde então não houve chuvas intensas que justificasse preocupação. De forma geral, o sentimento predominante é de insegurança e temor recorrente.

Não houve relatos sobre ofertas de acompanhamento psicológico, ainda que tenha ficado muito claro que muitos precisavam, pela situação traumática a qual ficaram expostos durante uma enchente que desorganizou suas vidas de um modo geral. Solomon et al, (1988) ressalta que o importante papel de suporte social no enfrentamento de situações traumáticas, segundo o autor existe a percepção quanto a recuperação dos quadros de transtornos do estresse pós-traumático associada ao suporte social. Ainda segundo Solomon, é válido ressaltar que algumas pessoas após passar por transtornos violentos desenvolvem TEPT (Transtorno de estresse pós-traumático) um transtorno psicológico que não tratado pode evoluir e se agravar com o tempo.

Os entrevistados consideram que as enchentes afetam toda a cidade, ainda que os desabrigados e ilhados sejam os mais prejudicados diretamente. Os relatos destacam que, além das perdas materiais e da sensação de incerteza vivida por quem perde a casa, há impactos coletivos: escolas e prédios públicos são ocupados como abrigos, interrompendo atividades educacionais, culturais e esportivas; o comércio e os empregos sofrem retração; e os serviços de saúde ficam sobrecarregados. Assim, as enchentes são vistas como um problema que paralisa a cidade inteira, atingindo tanto os diretamente afetados quanto a comunidade em geral.

As enchentes em Alto do Rodrigues, assim como em outros lugares afetam a todos, cada um em sua particularidade e de maneira geral. Inundações urbanas causam prejuízos individuais, como: desabrigos e desalojamentos para pessoas que moram em regiões de risco, principalmente nos bairros periféricos, riscos à saúde pública pois as doenças virais e contagiosas são mais comuns durante esses eventos catastróficos, prejuízo à infraestrutura e aos cofres públicos pois muitas moradias precisam passar por reformas, impactos econômicos a agricultura e a produtividade do setor comercial, impactando principalmente nos pequeno e médios investidores e causam também danos ambientais que podem demorar décadas para serem reparados como a contaminação do solos e águas, assoreamento de rios e degradação de ecossistemas. De acordo com Tucci (2000), com a crescente urbanização das cidades, a grande maioria dos municípios brasileiros começaram a apresentar problemas de drenagem urbana decorrentes da má condução ou inexistência dos projetos municipais de infraestrutura.

Os entrevistados destacaram que as enchentes de 2008/2009 foram um marco de sofrimento e incerteza para a cidade, agravado pela mudança de gestão municipal no período. Houve relatos de projetos prometidos, como a construção de um paredão ou anel viário para proteger as casas próximas à lagoa que acabaram engavetados ou não aprovados, muitas vezes por questões políticas ou financeiras. Alguns mencionaram injustiças na distribuição de benefícios, como reformas de casas concedidas de forma seletiva. Também foram lembrados os impactos pessoais relatados pelos entrevistados, incluindo problemas de saúde em familiares e a necessidade de realocação para áreas mais seguras, que encontram respaldo na literatura sobre desastres socioambientais.

Freitas (2007) e Nogueira (2012) destacam que enchentes frequentemente desencadeiam problemas de saúde física e mental, como hipertensão e ansiedade. Além disso, Cutter (2003) aponta que a vulnerabilidade social intensifica esses efeitos, tornando a dependência de ajuda externa ainda mais evidente. Nesse sentido, a percepção de que faltou

empenho das autoridades em buscar soluções duradouras é confirmada por estudos da SEDEC (2012), que mostram como as respostas institucionais muitas vezes se limitam ao imediato, sem contemplar a reconstrução social e emocional das comunidades afetadas.

Muitas cidades já contam com serviço de saneamento e drenagem no Brasil. Ainda assim, a grande maioria das cidades ainda está com esse projeto arquivado ou engavetado à espera de uma iniciativa por parte das autoridades competentes. Mesmo com essa evolução da drenagem urbana em algumas cidades, segundo IBGE (2000) somente 7,5% dos municípios brasileiros utilizam reservatórios de acumulação ou detenção (TUCCI et al., 2007). A entrevista realizada para este trabalho evidencia a percepção da população sobre os impactos das enchentes, revelando que o problema não se restringe a fenômenos naturais, mas resulta da interação entre fatores climáticos e ações humanas, como a ocupação irregular de áreas de risco e a ausência de políticas públicas eficazes. As enchentes representam um dos maiores desafios enfrentados em algumas cidades brasileiras, especialmente em regiões onde o crescimento urbano ocorreu de forma acelerado e sem planejamento adequado.

Os entrevistados destacaram que as enchentes não costumam ocorrer com frequência, porém sempre que ocorrem causam grandes prejuízos afetando principalmente áreas vulneráveis, que sofrem perdas materiais e enfrentam riscos à saúde. Freitas (2007) – aborda como desastres naturais desencadeiam problemas de saúde pública, incluindo hipertensão e ansiedade. Os participantes fizeram questão de ressaltar a falta de um sistema de drenagem eficiente e de medidas preventivas, ficando notável que o poder público atua apenas de forma emergencial e reativa, deixando de lado as possibilidades de soluções estruturais e de longo prazo que poderiam evitar prejuízos de caráter social, político e técnico, pois as enchentes ampliam desigualdades sociais, atingindo mais fortemente famílias que vivem em áreas periféricas e em condições precárias. A ausência de planejamento urbano e de políticas ambientais contribui para a recorrência das enchentes e, entre os fatores técnicos, destacam-se as falhas nos sistemas de drenagem, a impermeabilização excessiva do solo e a ocupação desordenada de áreas próximas a rios e encostas. Esses elementos agravam os impactos das chuvas intensas.

A entrevista evidencia que as enchentes não são apenas um fenômeno natural, mas um reflexo da relação entre sociedade e meio ambiente. Valencio (2007) – discute a interação entre fatores climáticos e ações humanas, como ocupação irregular de áreas de risco. A discussão nos direciona para a necessidade de repensar sobre o modelo de desenvolvimento urbano, que

precisa priorizar soluções sustentáveis e inclusivas. É perceptível que, para enfrentar tamanho problema, é indispensável investir em infraestrutura, além de promover educação ambiental e incentivar a participação comunitária. Assim como adotar políticas públicas de longo prazo voltadas para a prevenção, visando reduzir quaisquer danos causados pelas enchentes.

4.2 ENTREVISTA AO PREFEITO ATUANTE DURANTE A ENCHENTE DE 2008/2009:

O Sr. Eider Assis de Medeiros, prefeito de Alto do Rodrigues durante o período de 2009 a 2012 avaliou a enchente ocorrida em 2009 como um grande desafio, destacando o desastre como o maior desafio enfrentado durante sua gestão. Segundo Eider Medeiros o agravante para tamanho desafio foi o fato da cidade em 2009 ainda estar se recuperando de uma enchente ocorrida no ano anterior, o fato da cidade ter passado por mudança de gestores entre 2008 e 2009 também dificultaram suas atividades enquanto gestor, já que era seu primeiro ano como prefeito e nos primeiros meses já teve que enfrentar um problema tão grave. As enchentes de 2009 em Alto do Rodrigues foram registradas pela imprensa como um dos maiores desastres da região, com centenas de famílias desalojadas (Gazeta Press, 2009). Estudos acadêmicos confirmam que a gestão municipal enfrentou dificuldades estruturais e financeiras para lidar com o evento (COSTA et al., 2015). *“Com as primeiras chuvas fortes a cidade já ficou praticamente alagada, as águas tomaram conta do bairro são Francisco, largo do clube, Guarita e Santa Rosa, então foi complicado porque tivemos que retirar as pessoas de suas residências às pressas e colocar em colégios e canteiros de empresas, para isso foi necessário mobilizar os funcionários da prefeitura e criar a defesa civil tudo isso em vinte quatro horas.*

Para o ex-prefeito de Alto do Rodrigues as questões burocráticas também dificultaram seu trabalho no que se refere a enchente e a assistência que por obrigação ele não poderia deixar de prestar as pessoas que naquele momento tanto necessitavam. *“Tivemos também que reunir o gabinete de emergência, publicar no diário oficial de Brasília e fazer um decreto solicitando apoio, buscar parceria e tentar oferecer o melhor conforto possível aos afetados pela enchente. Eram muitas famílias, metade da cidade”.*

Quando perguntado sobre as causas dos desastres ocorridos em Alto do Rodrigues, o ex-prefeito Eider Medeiros alegou não existir causas específicas. Segundo o ex-prefeito, o Rio Piranhas já traz um grande volume de água do estado da Paraíba onde está localizado a sua nascente, isso já seria um agravante que juntando ao fato da cidade ter sido mal planejada ao construírem casas na parte baixa e que ficaram muito próximo do Rio Piranhas e da Lagoa Boca de Várzea, facilitando esses eventos catastróficos. Ainda segundo Eider Medeiros esses eventos sempre existiram no Alto do Rodrigues, embora ocorram em um longo intervalo de

tempo e quando as chuvas são fortes em anos seguidos. Isso porque a Barragem Armando Ribeiro que fica localizada em Itajá, durante sua sangria joga muita água para o Rio Piranhas que aumenta de volume muito rápido. Costa et al. (2015) – estudo sobre manejo de desastres e proteção financeira à inundação no Vale do Açu/RN, que cita a influência da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e do Rio Piranhas nos episódios de enchentes. Todos esses fatores acarretam desastres em Alto do Rodrigues e outras cidades do Vale do Açu.

São considerados desastres “[...] um acontecimento, ou uma série de acontecimentos, que altera o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade. Estes acontecimentos são provocados por uma grande variedade de agentes naturais ou criados pelo homem” (MATTEDI; BUTZKE, 2001, p. 09). Os fatores apontados pelo ex gestor de Alto do Rodrigues durante a enchente de 2009 aproximam a causas naturais da ação humana, o que levam ao entendimento de que são desastres advindos de desastres naturais, já que o homem interferiu no meio ambiente. Entendendo-se por desastres advindos fenômenos que ocorrem na biosfera e podem resultar em um evento prejudicial, causando a morte ou lesões, danos materiais, interrupção de atividade social e econômica e degradação ambiental (EIRD/ ONU, 2007).

Em entrevista, o ex-prefeito Eider Medeiros confirmou a ausência de um plano de saneamento básico em Alto do Rodrigues, antes, durante e após a enchente de 2009. Esse relato evidencia a falta de políticas estruturais, contrariando as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007). Ainda segundo o entrevistado, houve um projeto criado por ele após o desastre, mas que foi apenas iniciado e, por falta de tempo, não conseguiu concluir, sendo deixado para seu sucessor que não deu seguimento às obras. Isso nos leva a entender que a cidade de Alto do Rodrigues continua à mercê de novas enchentes em caso de chuvas fortes na região do Vale do Açu. “Depois da enchente eu criei um projeto de saneamento e consegui verba em Brasília, dei início à obra [...]” (MEDEIROS, 2025, entrevista concedida à autora). “Depois da enchente eu criei um projeto de saneamento e consegui verba em Brasília, dei início à obra, cheguei a sanear boa parte da cidade. Infelizmente não deu tempo de concluir porque não consegui me reeleger, a obra ficou parada, meu sucessor não deu continuidade e a cidade está até agora à mercê dessa falta de saneamento”.

A ausência de continuidade nas obras reforça o que Tucci et al. (2007) apontam sobre a fragilidade da drenagem urbana no Brasil, e o que Valencio et al. (2007) discutem sobre a falta de políticas públicas eficazes em desastres socioambientais. É inevitável ressaltar que,

segundo o entrevistado, essas enchentes sempre existiram e que são causadas por diversos fatores. Diante disso, e levando em consideração o tempo de emancipação política de Alto do Rodrigues, podemos afirmar a falta de interesse por parte do poder público em cumprir com seu papel, oferecer qualidade de vida e segurança para os habitantes dessa cidade no que se refere às enchentes e desastres naturais.

Em 2007, entrou em vigor a Lei Federal n.º 11.445, intitulada Lei do Saneamento Básico (LNSB), que estabelece diretrizes nacionais do saneamento básico e delega aos municípios a formulação da política de saneamento. A Lei Federal definiu princípios como universalização do acesso, controle social e integralidade dos serviços. Sendo por lei atribuição dos municípios a responsabilidade de elaborar e gerir políticas locais de saneamento, articuladas com outras áreas como habitação, saúde e meio ambiente, de acordo com a necessidade de cada município. Com essa lei, podemos afirmar que nas enchentes ocorridas em Alto do Rodrigues nos anos de 2008 e 2009, o município já deveria ter, no mínimo, projeto em fase de iniciação de saneamento básico.

Com relação às medidas preventivas tomadas após a enchente de 2009, o ex-prefeito Eider Medeiros relatou que foi elaborado durante seu mandato um projeto para a construção de um anel viário. Esse projeto implicaria na construção de um paredão em torno da Lagoa Várzea Cercada e a tornaria um reservatório de água (uma espécie de barragem). O paredão seria também passagem para o tráfego de transportes de cargas pesadas, já que é comum o trajeto de carretas carregadas com sal e outros produtos que atravessam a cidade para empresas em cidades vizinhas. O projeto, que chegou a ser aprovado pela câmara e pelo qual o município recebeu verba, não saiu do papel assim como o saneamento básico. “Sim, foi elaborado um projeto durante minha gestão para criar uma barreira onde seria construído um anel viário em torno da várzea. Esse projeto também ficou na gaveta porque seria construída no meu segundo mandato”.

Segundo Castro (2003), “os alagamentos são frequentes nas cidades mal planejadas ou quando crescem explosivamente, dificultando a realização de obras de drenagem e de esgotamento de águas pluviais”. Eider lembrou ainda que seu projeto seria de grande importância para o meio ambiente, já que encerraria o crescimento desorganizado da cidade para as margens da Lagoa Várzea Cercada. Segundo Castro (2011), a urbanização reduz a cobertura vegetal e, conseqüentemente, modifica o ciclo hidrológico, pelas mudanças das quantidades de água inseridas nos processos integrados ao ciclo.

Eider Medeiros alegou ter tomado todas as medidas possíveis e necessárias para prestar assistência aos moradores afetados pela enchente de 2009. De acordo com o depoimento do ex-prefeito Eider Medeiros, foram tomadas medidas emergenciais como a criação da Defesa Civil, mobilização de voluntários e encaminhamento de psicólogos e agentes de saúde para os abrigos (MEDEIROS, 2025). ***“Eu, juntamente com a secretária de assistência social, fiquei dia e noite nas ruas tentando diminuir o desespero das pessoas. Encaminhei psicólogos para os abrigos e os agentes de saúde passavam frequentemente para avaliar a situação a qual as pessoas se encontravam e suas queixas, tentando amenizar os danos causados pelo alagamento”***. De acordo com o depoimento do ex-prefeito Eider Medeiros as pessoas tiveram toda a assistência física e psicológicas, argumentando ainda que sua dedicação em garantir o bem-estar das vítimas foi incessante.

Quando questionado sobre os desafios enfrentados Eider Medeiros destacou a falta de recurso como o maior desafio enfrentado nesse período de enchente. Com a cidade alagada e algumas áreas rurais também em baixo d'água algumas empresas pararam suas produções. ***“A maior fonte de renda da cidade é justamente os royalties da Petrobrás e nós paramos de receber porque os poços de petróleo ficaram embaixo d'água com isso a Petrobrás parou de produzir por alguns meses***. De acordo com informações repassadas pela Petrobrás e publicadas pela *Tribuna do Norte*, houve uma queda abrupta na produção de petróleo e gás em Alto do Rodrigues após as enchentes de 2008 e 2009 (TRIBUNA DO NORTE, 2009). De acordo com os registros no mês de outubro de 2007 a Petrobrás repassou 309,9 mil reais para o município, enquanto em novembro de 2009, foram repassados 160,1 mil reais. Uma diferença de 208,8 mil reais. Levando em conta que a cidade levou cerca de 12 meses para se recuperar parcialmente dos alagamentos e as empresas retomarem suas atividades produtivas, podemos calcular que a cidade de Alto do Rodrigues sofreu um prejuízo de aproximadamente 2.400.000,00 em repasses de royalties da Petrobrás.

Eider Medeiros admitiu não ter iniciado nenhum projeto relacionado a gestão urbana, porém, relatou mais de uma vez o projeto da construção do anel viário e a sua importância para diminuir danos em caso de enchentes. O ex gestor ainda citou um projeto para a construção de um conjunto habitacional que seria construído em Alto Alegre (distrito de Alto do Rodrigues). Esse conjunto habitacional foi construído pela gestão de 2024 e beneficiou boa parte dos moradores que seriam prejudicados no caso de novas enchentes. O conjunto habitacional recebeu o nome de Conjunto Néio Baracho e foi entregue aos moradores com saneamento, água tratada, energia e asfalto. Segundo Canholi (2005), são medidas as quais englobam as obras de engenharia, que estão divididas como medidas intensivas e extensivas.

Na opinião de Eider Medeiros não tem outra solução que resolva a questão das enchentes a não ser a construção do anel viário. ***Seria uma solução definitiva, porém as gestões sempre alegam que o prejuízo com indenizações de alguns proprietários será muito maior que os gastos com as enchentes, o que eu discordo, pois, as enchentes deixam além de prejuízos materiais os danos psicológicos.*** Segundo Freitas e Ximenes (2012).¹⁷ Os impactos decorrentes das inundações são diversos, desde a perda de vidas, a contaminação da água, solo e alimentos, o comprometimento dos serviços locais, de estruturas físicas públicas e privadas, até a alteração no ciclo ecológico e o aumento da exposição humana a riscos ambientais. Com isso impossível não destacar que as enchentes trazem as viroses, as infestações de insetos e prejuízos incalculáveis aos cofres públicos. Portanto, a ocorrência de desastres de inundações representa enormes riscos de perdas e danos, tendo impacto direto na economia de estados e municípios, inclusive na vida dos cidadãos. (BRASIL, 2014).

O ex-prefeito de Alto do Rodrigues, Eider Medeiros ao concluir a entrevista citou que foram feitas 900 reformas após as águas baixarem. A cada casa reformada e devolvida aos proprietários, iam esvaziando os prédios públicos que serviram de abrigo à época. O ex gestor finalizou com um desabafo. ***“foi muito triste e assustador ver pessoas tão humildes perderem tudo, sair de casa apenas com as roupas do corpo, foi uma luta muito grande porque não podíamos imaginar que isso fosse acontecer. e por último dizer que eu não teria conseguido sem o apoio das pessoas que escolhi para serem gestores comigo, no caso os secretários, principalmente de ação social, saúde e infraestrutura”.***

4.3 SECRETÁRIO DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E COORDENADOR DE DEFESA CIVIL 2008/2009:

O Sr Pedro Moura de Lima que durante a enchente de 2009 atuava como Secretário de infraestrutura e coordenador da defesa civil no Alto do Rodrigues, relatou que atuou como coordenador de um grupo multidisciplinar onde tinham pessoas de várias secretarias envolvidos. Eram as secretarias de obras, agricultura, assistência social, esporte e educação. Segundo (SANTOS, 2020), o fortalecimento das políticas públicas, a integração dos diversos níveis de governo e a participação da sociedade civil são elementos essenciais para a construção de um sistema de defesa civil eficaz e resiliente. O Sr Pedro Moura de Lima, afirmou que foi montada uma equipe envolvendo todas as secretarias com intuito de prestar assistência as vítimas da enchente oferecendo abrigo e socorrendo aqueles que estavam com mais riscos de serem atingidos. Segundo (SOUZA, 2021), a construção de uma sociedade

resiliente requer a participação ativa de todos os cidadãos, a fim de reduzir os riscos e os impactos dos desastres e garantir a segurança e o bem-estar de todos.

As enchentes ocorridas em Alto do Rodrigues são classificadas como enchentes graduais, ou seja, podem ser medidas, diferente das enchentes do Sul que são consideradas enxurradas e arrastam tudo que encontram pela frente, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE (BRASIL, 2012). ***“Diante dessa informação tínhamos como medir o nível da água e saber quantos centímetros subiam por hora, dessa forma nossa equipe sabia quais famílias precisavam ser retiradas primeiro, quem poderia ficar mais um ou dois dias e assim seguimos com nosso trabalho”.***

De acordo com Alves (2017), a atuação da Defesa Civil é baseada em quatro pilares fundamentais: prevenção, preparação, resposta e recuperação. A prevenção envolve a identificação e a análise dos riscos, bem como a implementação de medidas para reduzir a vulnerabilidade das comunidades. A preparação inclui a elaboração de planos de contingência, a capacitação de equipes e a realização de exercícios simulados. A resposta abrange as ações imediatas para socorrer as vítimas, mitigar os danos e restabelecer a normalidade. Por fim, a recuperação visa à reconstrução das áreas afetadas e à retomada das atividades econômicas e sociais. A equipe montada pelo Sr Pedro Moura contou ainda com a ajuda de voluntários que trabalhavam incansavelmente nos resgates das vítimas da enchente. “Contamos com a ajuda de 150 voluntários, 20 caminhonetes para mudanças e alguns botes para trafegar em locais onde os carros não podiam trafegar. Nosso trabalho começava às 7 da manhã e seguia até 1 da madrugada fazendo a retirada das vítimas” (MOURA, 2025, entrevista concedida à autora).

Em relação ao que ocasiona as enchentes em Alto do Rodrigues o Sr. Pedro Moura apontou três fatores como sendo as principais causas. De acordo com o entrevistado o fato de que a cidade é construída em um terreno muito baixo já acarreta um grande risco de ocorrer enchentes, tendo em vista que a cidade é cercada por águas, então as chances de que ocorram esses alagamentos são ainda maiores. O segundo fator apontado foi a construção da barragem Armando Ribeiro, para o Sr Pedro Moura, esse foi um dos principais fatores. ***“Após a primeira sangria da barragem as enchentes se tornaram mais frequentes em Alto do Rodrigues porque as águas são despejadas no Rio Piranhas e a cidade fica as margens desse Rio”.*** Como terceiro fator ele apontou a falta de planejamento urbano e o crescimento desordenado em direção as margens do Rio Piranhas e da Lagoa Várzea Cercada. ***“Os terrenos muito próximos a várzea e ao rio não deveriam ser negociados, os donos vendem por um preço baixo e as pessoas compram por não ter condições de comprar em outro local. Essas***

questões aumentam muito o número de pessoas habitando em área de risco”. Segundo Souza (2021), a construção de uma sociedade resiliente requer a participação ativa de todos os cidadãos, visando a redução dos riscos e dos impactos dos desastres e garantindo a segurança e o bem-estar da população.

De acordo com Pedro Moura, coordenador da Defesa Civil de Alto do Rodrigues, a enchente de 2009 foi um desafio que exigiu grande mobilização comunitária, destacando a importância dos voluntários e o apoio institucional recebido (MOURA, 2025). O entrevistado finalizou a entrevista ressaltando que foi uma enchente que atingiu várias cidades e deixou muita gente em situação de emergência. O Sr. Pedro Moura, também acrescentou que atuar como coordenador da defesa civil de Alto do Rodrigues foi um desafio e que a ajuda da população que se dispôs a se voluntariar foi de extrema importância. Ele concluiu sua entrevista com as seguintes palavras. *“Quando tudo acabou e as pessoas voltaram para suas casas e a prefeitura entregou certificado de honra para todos os voluntários e fizemos uma homenagem muito linda, onde também homenageamos o Presidente Lula pelo seu comprometimento e responsabilidade exemplar com os cidadãos não apenas Altorodriguenses mais todo o Vale do Açu”.*

4.4 ENTREVISTA A GESTÃO 2025/2028 (PREFEITA RAQUEL LEMOS):

A falta de resposta da prefeita, mesmo após concordar em conceder a entrevista, não pode ser vista apenas como um obstáculo metodológico. Sua postura evidencia a fragilidade de compromisso, ausência de transparência e participação cidadã da gestão. A Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – estabelece que órgãos públicos devem garantir transparência ativa e passiva, incluindo diálogo com cidadãos e pesquisadores. Além disso Arretche (2012) – mostra como a falta de compromisso institucional compromete políticas públicas e a confiança cidadã. Ao desistir do diálogo com o pesquisador, a administração municipal deixa transparecer limitações em sua capacidade de enfrentar problemas estruturais, como os alagamentos recorrentes, a precariedade da infraestrutura e a insuficiência do planejamento urbano. Além disso, a falta de abertura para colaborar com a comunidade acadêmica demonstra um descompromisso com a educação superior, que desempenha papel fundamental na produção de conhecimento e na proposição de soluções sustentáveis para os desafios urbanos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Episódios como as enchentes ocorridas entre 2008 e 2009 em Alto do Rodrigues costumam deixar lembranças marcantes na memória das pessoas que as vivenciaram. A população revelou de forma coletiva o quanto foram afetadas de maneira física, financeira e mental. O presente trabalho teve como objetivo realizar a coleta de informações a respeito dessas enchentes e relatar as dificuldades pelas quais as vítimas e autoridades tiveram que enfrentar, assim como investigar prováveis planos de prevenção para serem utilizados em situações emergenciais semelhantes. Para a realização desse trabalho foram feitas análises como entrevistas às vítimas e autoridades da época das enchentes e consulta a registros históricos. Através desses procedimentos foi possível compreender não apenas o que as enchentes causaram de imediato, mais também as consequências de eventos catastróficos ao longo dos tempos.

Um dos pontos relevantes desse trabalho diz respeito às dificuldades enfrentadas pelas vítimas. Praticamente todos os entrevistados relataram perdas significativas de bens materiais, alguns perderam casas, outros móveis e bens pessoais, porém todos destacaram os impactos emocionais e psicológicos, inclusive alegando traumas que se prolongaram além do período da enchente, como pesadelos por exemplo. A análise evidenciou a ausência de apoio psicológico e social e reforçou o quanto a população de Alto do Rodrigues encontrava-se vulnerável diante dos desastres ocorridos. Uma percepção que comprova que gestão de risco precisa ir além da reconstrução física, incluindo políticas voltadas para o fortalecimento comunitário e saúde mental da população, garantindo condições dignas para as pessoas ao retornarem para suas vidas.

Outro ponto importante nesse trabalho diz respeito às respostas institucionais das autoridades. A análise deixa transparecer a falta de planejamento e a necessidade de improviso durante todo o período da enchente, mesmo havendo esforços para atender a população em situação de risco. O gestor admitiu em entrevista que foi criado a defesa civil em vinte quatro horas, o que comprova que não havia um plano de emergência para o caso de ocorrer uma enchente, mesmo tendo sido citado por esse gestor que as enchentes eram comuns em Alto do Rodrigues devido à falta de planejamento urbano. Diante dessa realidade é perceptível o quanto a cidade é carente de protocolos mais claros e uma integração que aproxime órgãos como a defesa civil e gestão urbana, para que possam elaborar um plano de emergência mais eficaz assim como medidas preventivas para minimizar os danos das vítimas e da cidade como um

todo em casos de enchentes, contribuindo inclusive para a recuperação da cidade após o desastre.

Adicionalmente, ficou evidente que não havia um plano de capacitação e orientação formal para ações preventivas ou de respostas rápidas para o caso de futuras enchentes. A investigação demonstrou mais uma vez a vulnerabilidade da cidade naquele momento e a falta de perspectivas para enfrentar novas enchentes. Essa vulnerabilidade evidencia também a necessidade urgente que a cidade tem de implementar às diretrizes nacionais da defesa civil alinhadas a uma boa estratégia de mitigação urbana. Além do que, as enchentes deixaram memórias sociais bastantes traumáticas as quais deveriam ser reconstruídas em forma de aprendizado prático e coletivo, podendo assim orientar as políticas públicas, tornando-as mais eficientes e evitando que os erros do passado venham a se repetir em eventos futuros.

Conclui-se que a gestão municipal enfrenta desafios significativos no enfrentamento das enchentes, refletidos na dificuldade de estabelecer diálogo com a comunidade acadêmica e com a população. A ausência de entrevista, mesmo após confirmação inicial, pode ser interpretada como uma limitação no processo de comunicação institucional. Esses aspectos revelam fragilidades em áreas essenciais como infraestrutura e planejamento urbano, o que impacta tanto a resposta imediata às crises quanto a construção de soluções sustentáveis para o futuro da cidade.

Esse trabalho reúne relatos de vítimas e autoridades das enchentes de 2008 e 2009 e analisa respostas institucionais, contribuindo de forma significativa para a valorização da memória social de Alto do Rodrigues. O trabalho ainda oferece fundamentos para discussões referentes a gestão de riscos urbanos com ênfase em cidades pequenas que na maioria das vezes não têm a mesma atenção que as grandes Metrópoles. A pesquisa ainda reforça a importância e a necessidade de integrar memória e impacto social a políticas públicas para que possam construir soluções mais humanizadas e oferecer condições eficientes no que se refere ao enfrentamento de desastres naturais.

O que se espera desse trabalho é que seus resultados possam ser referenciados em ações futuras de prevenção e mitigação, não só em Alto do Rodrigues mais em outros lugares que enfrentam situações semelhantes. É de responsabilidade das autoridades implementar um plano emergencial, fortalecer a defesa civil e criar políticas de apoio psicológico e social, pois são medidas essenciais para garantir que os impactos das enchentes sejam reduzidos, oferecendo a população mais segurança e qualidade de vida em casos extremos. Dessa forma, esse trabalho não se restringe apenas a um trabalho de conclusão de curso, mas a um convite a refletir sobre

ações que possam buscar segurança, comprometimento e soluções para que Alto do Rodrigues e outras cidades se tornem mais preparadas para enfrentamento de adversidades naturais.

6. REFERÊNCIAS:

- ALVES, M. C. *Ações de prevenção e resposta a desastres naturais*. Brasília: Editora DF, 2021.
- ARRETCHE, M. *Democracia, federalismo e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.
- ANDRADE, A.; SILVA, B.; OLIVEIRA, C. Planejamento urbano e drenagem pluvial. *Revista de Engenharia Urbana*, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2009.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012. Estabelece a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2012.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional; Universidade Federal de Santa Catarina. *Campanha Nacional de Redução dos Riscos de Desastres: Biênio 2008-2009*. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2010.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC). *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991–2010*. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2012.
- BRASIL. SEDEC. *Relatório de danos causados por inundações*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2012.
- BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. *Atlas de Desastres do Brasil*. Brasília: MDR, 2024. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/>>. Acesso em: 22 maio 2026.
- BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 jan. 2007.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. *Inundações: causas e características*. Brasília: SEDEC, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/proteção-e-defesa-civil>>. Acesso em: 22 maio 2026.
- BROMBERG, M. H. *Eventos traumáticos e desastres: impactos psicológicos e sociais*. São Paulo: [editora], 1998.
- CANHOLI, A. P. *Drenagem urbana e controle de enchentes*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. 302 p.

- COSTA, J. R. S.; FILGUEIRA, H.; SILVA, F. Flood management in Alto do Rodrigues/RN through the Analytic Hierarchy Process. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental*, 2009.
- COSTA, J. R. S. *Análise da vulnerabilidade e gestão de risco a desastres por inundação em municípios do Vale do Açu/RN*. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- COSTA, J. R. S.; SILVEIRA, A. H. M.; SILVA, F. M.; FILGUEIRA, H. J. A. Avaliação do manejo de desastres e proteção financeira à inundação no Vale do Açu/RN. *Holos*, v. 5, p. 34-43, 2015.
- COSTA, J. R. S. *Análise da vulnerabilidade e gestão de risco a desastres por inundação em municípios do Vale do Açu/RN*. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- CUTTER, S. L. The vulnerability of places: a conceptual framework for understanding environmental hazards. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 93, n. 1, p. 23-37, 2003.
- DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório de ocorrências de enchentes no Vale do Assú*. Natal, 2009.
- EMPARN – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte. *Boletim pluviométrico e impactos das chuvas no Vale do Açu*. Natal: EMPARN, 2021.
- FREITAS, C. M. *Desastres naturais e saúde pública*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- FERREIRA, M. T. S.; LÚCIO, P. S.; NEVES, J. A. Método avaliativo de risco a inundação em áreas urbanas do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Climatologia*, v. 35, 2024.
- FREITAS, C. M. et al. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, n. 9, p. 3645-3656, 2014.
- FREITAS, C. XIMENES M., E. F. Enchentes e saúde pública – uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2012.
- FREITAS, C. M. *Desastres naturais e saúde pública*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- GAZETA PRESS. *Enchentes em Alto do Rodrigues, no Rio Grande do Norte*. São Paulo: Gazeta Press, 2009.
- GRÉGIO, A. M. *Eventos de natureza grave ou catastrófica e seus impactos psicológicos*. 2005.
- BRISTOT, G. (Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN). Entrevista sobre o regime de chuvas no estado.

- G1. Facções criminosas atuam para interferir nas eleições em cidades do interior do Brasil. 11 maio 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>. Acesso em: 14 ago. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008–2012. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2026.
- INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). *Banco de Dados Meteorológicos – BDMEP*. Brasília, 2008–2009. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2026.
- JUSTIÇA GLOBAL; TERRA DE DIREITOS. *Violência política e eleitoral no Brasil: relatório*. Curitiba: Terra de Direitos, 2022.
- LONDE, L. R. et al. Impactos de desastres socioambientais em saúde pública: estudos dos casos dos Estados de Santa Catarina em 2008 e Pernambuco em 2010.
- LUCENA, R. L.; MONTEIRO, M. A. A.; PACHECO, C. *A vulnerabilidade de cidades do semiárido brasileiro a eventos de chuvas intensas: estudo de caso do episódio de 2008 no RN*. Brasília: UnB, 2010.
- MEDEIROS, W. Indicador socioambiental de vulnerabilidade a eventos de cheia em Alto do Rodrigues. *Revista de Geociências do Nordeste*, v. 4, n. especial, p. 195-211, 2018.
- MARICATO, E. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 2000.
- MEDEIROS, E. A. Entrevista concedida à autora. Alto do Rodrigues, 2025.
- MOURA, P. Entrevista concedida à autora. Alto do Rodrigues, 2025.
- MOURA, R.; SILVA, L. A. A. Desastres naturais ou negligência humana? *Revista Geografar*, v. 3, n. 1, 2008. DOI: 10.5380/geografar.v3i1.12910.
- NOGUEIRA, M. *Saúde e desastres ambientais*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- PEREIRA, C. A. R. et al. Avaliação econômica dos casos de dengue atribuídos ao desastre de 2011 em Nova Friburgo (RJ), Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 9, p. 3693-3704, set. 2014.
- REDALYC. Avaliação do manejo de desastres e proteção financeira à inundação no Vale do Açu/RN. *Revista de Gestão de Riscos e Desastres*, v. 3, n. 2, 2009.
- REVISTA FT. O papel do técnico em edificações na defesa civil no Brasil. *Revista FT*, 2023. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/o-papel-do-tecnico-em-edificacoes-na-defesa-civil-no-brasil/>>. Acesso em: 14 ago. 2026.

- REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. v. 32, n. 3, p. 537-562, 2015.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SANTOS, E. *Colaboração entre profissionais da construção civil*. 1. ed. Rio de Janeiro: JSTOR, 2020. p. 95-120.
- SANTOS, R. C. et al. Impactos socioambientais e na saúde provocados por enchentes e ondas de calor no Brasil: uma revisão de escopo. *Saúde em Debate*, v. 50, n. spe2, p. 45-60, 2026.
- SÉGUIN, E. A lei de defesa civil: algumas considerações. *Revista Interdisciplinar do Direito – Faculdade de Direito de Valença*, v. 9, n. 1, p. 207–230, 2012.
- SOUZA, J. L. *Tecnologias na Defesa Civil: inovações e aplicações*. São Paulo: Editora SP, 2021.
- SEDEC. *Inundações: causas e características*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2012.
- TUCCI, C. E. M. et al. *Gestão da drenagem urbana*. Porto Alegre: ABRH, 2007.
- TRIBUNA DO NORTE. Valor repassado de royalties ao RN supera R\$ 245 milhões; Pendências foi quem mais recebeu. Natal: Tribuna do Norte, 2024. Disponível em: <<https://tribunadonorte.com.br/economia/valor-repassado-de-royalties-ao-rn-supera-r-245-milhoes-pendencias-foi-quem-mais-recebeu/>>. Acesso em: 14 ago. 2026.
- TRIBUNA DO NORTE. Repasse de royalties pela Petrobras em outubro foi de R\$ 26 milhões. Natal: Tribuna do Norte, 2024. Disponível em: <<https://tribunadonorte.com.br/economia/repasse-de-royalties-pela-petrobras-em-outubro-foi-de-r-26-milhoes/>>. Acesso em: 14 ago. 2026.
- VALENCIO, N. et al. *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2007.
- VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.
- VALENCIO, N. F. L. S. *Para além do “dia do desastre”*. Curitiba: Editora Appris, 2012.
- VALENCIO, N. F. L. S. et al. O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. *Revista Cronos*, v. 8, n. 1, 2007.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

7. ANEXO I

Fotografia 1: Rua Alice Fernandes de Sousa, conjunto COHABE.



Fonte: Blog Alto Notícias (2009)

Imagem do início das inundações nessa área. A imagem evidencia a falta de planejamento urbano, pelo fato dessas casas terem sido construídas muito próximo da Lagoa Boca de Várzea, sentido Alto do Rodrigues/Pendências.

Fotografia 2: Clube de festas e suas adjacências alagados



Fonte: Blog Alto Notícias (2009)

Nesta área também estão situados o cemitério público, o parque de vaquejada e uma UBS, além de um número considerável de mordias. Essa imagem comprova o quanto a cidade de Alto do Rodrigues encontra-se em situação de vulnerabilidade no que se refere a desastres naturais.

Fotografia 3: Rua Cabo Zilmar, Bairro Novo Horizonte



Fonte: Pedro Moura (2009)

Fotografia 4 - Rua Padre José Luís, Bairro Novo Horizonte



Fonte: Pedro Moura (2009)

As imagens deixam claro que as pessoas estão completamente expostas a perigos relacionados a doenças pela exposição e acesso direto com a água suja, a falta de drenagem e planejamento urbano.

Nestas ruas existem alguns pequenos empreendedores que precisaram fechar seus comércios, o que afetou diretamente a economia da cidade, causou prejuízos e deixou as pessoas abaladas emocionalmente.

Nas proximidades dessas duas ruas estão situados alguns órgãos públicos, uma escola, uma delegacia de polícia, um estádio de futebol e uma UBS. Esses órgãos públicos não chegaram a ser alagados, porém foram desativados para que os desabrigados fossem acolhidos.

Fotografia 5: Avenida Ângelo Varela (principal avenida da cidade)



Fonte: Pedro Moura (2009)

Fotografia 6: Avenida Ângelo Varela (principal avenida da cidade)



Fonte: Blog Alto Notícias (2024)

Nessa área estão concentrados grande parte do comércio da cidade, como restaurantes, lanchonetes, clínicas, supermercados e outros. Diante da imagem fica comprovado a ausência de um sistema de drenagem eficaz e de políticas de prevenção.

Fotografia 7: Rua José Jorge das Neves (Bairro São Francisco)



Fonte: Blog do Alto (2008)

Fotografia 8: Rua Pedro Canan (Bairro São Francisco)



Fonte: Blog do Alto (2008)

Bairro São Francisco é a área local onde está concentrada a maior parte da população carente da cidade. Esta é a área mais afetada por enchentes em Alto do Rodrigues, aqui as casas foram construídas dentro da lagoa onde os terrenos eram mais acessíveis. As imagens refletem o desespero das vítimas tentando salvar o que podem e o contato com a água suja transmite uma sensação de descaso e abandono por parte do poder público.

Fotografia 9: Crianças brincando nas águas das enchentes no Bairro Guaritas



Fonte: Luciano Seixas (2009)

Nesta área as ruas são muito próximas do Rio Piranhas Assú, quando a Barragem Armando Ribeiro transborda o rio enche e todas as ruas próximas são invadidas pelas águas e tem o fornecimento de energia elétrica suspenso.

A imagem reflete descontração e diversão em um primeiro momento, porém percebe-se que a ausência de planejamento urbano causou grandes transtornos para muitas famílias já que todos os moradores afetados tiveram que sair de suas casas.